

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.801 - RS (2019/0207398-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE** : **TITO SCHNEIDER**  
**ADVOGADO** : **ESTÊVÃO TRENTZ - RS052556**  
**EMBARGADO** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORA** : **MARCIA REGINA LUSA CADORE - RS029266**  
**INTERES.** : **INDUSTRIA DE NAVALHAS REAL LTDA**  
**INTERES.** : **LEONALDO JOAO DA SILVA**  
**INTERES.** : **NUBIA THEREZINHA DE DEUS**  
**INTERES.** : **CARLOS ALBERTO ZENI**  
**INTERES.** : **ENEDIR MARIA GRAF**  
**ADVOGADO** : **ADALBERTO ALEXANDRE SNEL E OUTRO(S) - RS001665**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por TITO SCHNEIDER, por meio dos quais se impugna decisão, de minha lavra, que conheceu de seu Agravo para dar parcial provimento a seu Recurso Especial, "de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o rejugamento dos Embargos de Declaração, com o exposto enfrentamento da alegação de que, no caso, a fixação de honorários, em favor da Procuradoria Pública, seria inconstitucional, bem como (superada essa objeção) para que sejam os honorários fixados segundo concreta apreciação de todos os parâmetros estabelecidos nas alíneas a, b e c, do § 2º, do art. 85 do CPC/2015" (fl. 324e).

Nas razões dos presentes Aclaratórios, o ora embargante sustenta, em síntese, o seguinte:

"(...) o dissídio é manifesto e por isso deve ser adequadamente enfrentado. Evidente o dissídio entre os acórdãos paradigmas e o acórdão do TJ/RS, tendo em vista que são claros ao dispor que a boa-fé do embargante e a ausência de registro da penhora tornam hígido o negócio realizado pelo mesmo em caso de sucessivas alienações. Além disso, ao caso, é aplicável a Súmula 375 do STJ, conforme entendimento do TJ/SP.

Ora, se o acórdão ora recorrido afirma justamente o contrário, *venia rogata*, inegável o dissídio jurisprudencial autorizador do processamento e provimento do Agravo no aspecto.

Ocorre que a referida questão não foi enfrentada quando do julgamento do Agravo, em que pese constar dos autos.

Configurada, portanto, a omissão na r. decisão, porquanto ausente na fundamentação qualquer alusão aos apontamentos acima

considerados. Note-se que a decisão monocrática não faz qualquer referência aos fundamentos do Agravo apresentado pelo embargante (divergência jurisprudencial: boa-fé do embargante, ausência de má-fé do embargante, ausência do registro de penhora e aplicação da Súmula 375 do STJ), sendo imperioso que nela conste o entendimento do julgador sobre a repercussão ou não dos aspectos acima referidos" (fls. 2.580/2.582e).

Requer-se, por fim, "o acolhimento dos presentes embargos, conferindo-lhes efeito infringente, para sanando a omissão apontada, apreciar a matéria referida (dissídio jurisprudencial), com a consequente reforma do julgado no aspecto considerado, de modo a aperfeiçoar a entrega da prestação jurisdicional" (fl. 338e).

Sem contraminuta.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar.

Cediço que os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" ou "corrigir erro material" (art. 1.022 do Código de Processo Civil).

No caso, inexistente qualquer dos vícios que ensejariam a oposição de Embargos Declaratórios, de vez que a decisão embargada apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela embargante.

Com efeito, constou expressamente, da decisão embargada, que "somente a matéria que restou inadmitida, em 2ª Instância, pode ser alvo do presente Recurso Especial" (fl. 324e).

Logicamente, por exclusão, o Recurso Especial, na parte em que teve seguimento negado, em 2ª Instância, não poderia ser objeto de conhecimento, neste STJ.

Desimportante, assim, indagar quanto ao cabimento do Especial pela divergência. Foi em razão da matéria – e não da via de acesso – que se negou seguimento, em parte, ao recurso, no Tribunal de origem.

Ante o exposto, à míngua de vícios na decisão embargada, **rejeito** os Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora